

Dever e não pagar

Quando o presidente José Sarney decretou a moratória unilateral, iniciou-se no Brasil processo perverso de os governos dos Estados e municípios se considerarem desobrigados de saldar seus débitos com a União. O argumento, usado até mesmo por governador de Estado pouco depois de o Brasil romper relações com a comunidade financeira internacional, era de uma lógica inatacável, do tipo que o internado no hospício usa quando o enfermeiro diz que não é policial a persegui-lo: se a União pode deixar de pagar ao Exterior, por que o Estado deve pagar à União? O louco diria ao enfermeiro: Se você fosse policial, diria que é? A diferença entre a estrutura lógica de um raciocínio e outro é muito pequena. O resultado, porém, de governadores de Estado e prefeitos se valerem do argumento do calote federal para justificar os calotes estaduais e municipais é simplesmente catastrófico: a dívida de Estados e municípios com a União, bancos federais, Previdência Social, etc. chega à fabulosa quantia de US\$ 57 bilhões!

Se o Brasil necessita de todo o engenho e arte para renegociar sua dívida externa, supõe-se que os governadores de Estado e prefeitos estejam preocupados com o problema de como saldar essa dívida, que onera seus orçamentos e contribui de maneira ponderável para

que o déficit público do País seja quase impossível de administrar. Ledo engano! Os governadores e os prefeitos simplesmente não pagam e, se alguém reclama, ficam amuados e ameaçam o governo federal com represálias. Essas consistem, simplesmente, em retirar seu apoio ao Executivo. O resultado da situação aí está: todos devem e ninguém paga. Não é que ninguém pague; é que ninguém se incomoda em pagar! Fizessem os contribuintes como os poderes públicos e o País já teria assistido à falência completa do Estado. O que, talvez, não fosse de todo mau... O pior, nisso tudo, não é governadores e prefeitos não pagar. É a falta de pudor com que o assunto é tratado. Não exageramos nas palavras. Basta o leitor lembrar-se do que foi a luta do governo Collor de Mello em encontrar uma solução para o problema enquanto se processavam as negociações com o Fundo Monetário Internacional. Governadores e prefeitos mobilizaram-se para fazer que a lei que o Executivo enviara ao Congresso, estabelecendo prazos e condições para o pagamento, atendesse a seus interesses e não aos da União, que no caso somos todos nós. Afinal, a dívida acaba sendo paga pelo Tesouro Nacional de uma maneira



ou de outra. Ao final, depois de muitas negociações, votou-se a lei. De parte a parte, teceram-se loas à capacidade negociadora (ou seria negocial, de parte dos devedores?) da União e dos inadimplentes. Poucos foram os que notaram a válvula de escape que a lei oferecia aos devedores: eles deveriam assinar, sob pena de caducidade da lei, um compromisso de pagar. E deveriam pagar até dezembro deste ano. Alguém fez? Apenas o governo de Santa Catarina, que, segundo as últimas informações, decidiu esperar o desfecho do processo contra o presidente Collor de Mello para finalmente decidir se era ou não o "patinho feio" dos governadores.

Deve-se a todos e por tudo. Por sua pujança, São Paulo é o maior devedor — considerando o governo estadual e os municípios. O Banco do Estado de São Paulo não deixa de figurar na lista. Da mesma maneira que a Cesp. Muito dessa dívida, sabe-se há tempos, foi decorrente de gastos feitos pelo ex-governador Orestes Quêrcia na campanha eleitoral, a fim de eleger seu candidato, o atual governador Luiz Antônio Fleury Filho, que na qualidade de chefe do Executivo participou das negociações que conduziram à votação e posterior sanção da lei.

Como seus colegas de outros Estados, S. Exa. está convencido de que não precisa pagar. Afinal, para quê? Terá a União condições de fazer por toda a parte o que o ministro da Previdência fez com as prefeituras que não recolhem a parte dos empregados e a sua para o INSS, suspendendo a cota de participação no fundo dos municípios? Os governadores, e muito mais o de São Paulo, sabem que o presidente Itamar Franco, nesta interinidade que começa a custar caro ao País, não ousará ir tão longe ao risco de perder apoios.

Com isso, a situação se coloca clara para quem tem olhos de ver e compreender: os Estados e municípios decidiram não pagar. A União se vê engolfada em problemas mais, um dos quais é o déficit público. Como os devedores reconhecem que devem, mas não pagam, e ninguém tem coragem de cobrar — mesmo porque o Estado é impenhorável —, a palavra de ordem está dada a todos, menos aos contribuintes: contraíam dívidas com a União ou seus órgãos oficiais e depois se regalem, não pagando. O problema, um dia, explodirá nas mãos de alguém. Nunca, porém, nas mãos daqueles que tomaram o dinheiro emprestado ou deixaram de recolher o devido.

Enquanto isso, o Brasil que continue sonhando com a lembrança de que durante anos foi o país do futuro.